

ACESSO À JUSTIÇA: A práxis de um direito acessível

Área Temática: ASSESSORIA JURÍDICA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Janyeire Paulino dos Santos¹

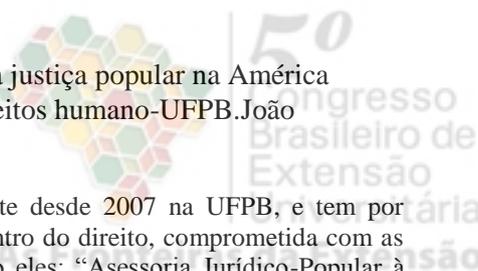
Resumo

O que está por dentro e por traz do assassinato de um gato?. Este caso aparentemente simples chegou até a delegacia, pelo fato de que a outra alegava estar sendo ameaçada pela dona do animal, que a acusava de ter sido responsável pela morte do bichano, o que segundo ela era uma acusação injusta e caluniosa. Revelou-se que o conflito real entre elas consistia no fato de que a enteada da que estava sendo acusada e que era amiga da outra havia saído de casa para morar em outra cidade por causa de uma briga com o pai, atual companheiro da acusada, que a expulsou depois de saber que ela estava grávida. Assim, ficou claro que a dona do gato responsabilizava a outra pelo distanciamento da amiga, fato reconhecido e levantado pela acusada, que também acreditava que a “história do gato” (o conflito aparente) foi usada como pretexto criado pela outra parte para extravasar seus ressentimentos [...]². É com esta vertente que a mediação de conflitos é desenvolvida no NEP³, a essência do problema deve ser dirimida, passando o autor assumir o papel de protagonista de sua própria vida. Fazendo que haja uma aproximação da população, da comunidade e dos indivíduos que a compõe no fortalecimento de seus laços por meio da solução pacífica de seus conflitos, que se resolveram a partir da vontade própria por meio de um simples, porém não menos grandioso instrumento: o diálogo. Proposta esta que vem crescendo junto ao campo acadêmico e tomando espaço no seio do poder judiciário.

¹ Graduanda no Curso de Bacharelado em Direito – UFPB

² Almeida. Ana lia ET AL. *O pão do povo: perspectivas para uma justiça popular na América Latina*. Artigo. apresentado no Seminário Internacional de direitos humano-UFPB. João Pessoa. 2010.

³ O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) existe desde 2007 na UFPB, e tem por princípio a construção da extensão com uma perspectiva crítica dentro do direito, comprometida com as lutas sociais. Hoje o NEP agrega três projetos de extensão, sendo eles: “Assessoria Jurídico-Popular à Comunidade Quilombola de Paratibe”, “Assessoria Jurídico-Popular a Casos de Violação do Direito à Terra” e “Justiça Comunitária e Mediação de Conflitos”.



Introdução

A sociedade brasileira enfrenta dificuldades de compreensão quando o assunto é lutar por seus direitos. Em especial, as camadas populares são as mais atingidas e vêm o poder judiciário como seu adversário devido à burocracia, ao formalismo processual e lingüístico que para muitos é como uma língua estranha, além das custas processuais que podem se arrastar por longos anos. Essa população, hiposuficiente, quando busca a justiça encontra mais problemas do que mesmo soluções.

A morosidade, a superlotação de processos e o descaso com a realidade dos excluídos e excluídas acaba gerando uma crise no poder judiciário. Isso faz com que haja mais desistências à procura ou até mesmos nem se cogite a possibilidade de recorrer à ilusão de justiça que mais parece uma utopia, coisa para gente rica.

É bem verdade que essa realidade trágica do judiciário é antiga, mas é preciso que a população menos favorecidas, no sentido do acesso a justiça, seja assistida nas suas necessidades; que seja respeitada em suas dificuldades, torne-se protagonistas de sua própria história passando a se sentir pessoas importantes na possibilidade de terem seus direito resguardados e que como pessoa humana, são sujeitos de direito.

Na disciplina que cursei sobre Introdução ao Estudo do Direito II, ministrada pela professora Ana Lia Vanderlei de Almeida⁴, Coordenadora do projeto de extensão “*Núcleo de extensão popular flor de mandacaru – justiça comunitária de mediação de conflitos*”, abriu-se discussão em torno da desenvoltura atual do direito na sociedade. Partindo de socializações em sala de aula, de textos que puderam materializar esse questionamento dando uma outra visão teórica para uma nova preceptiva de atuação do direito, possibilitando enxergar uma nova roupagem no campo jurídico.

Esperamos o fim da monopolização do poder judiciário, fazendo com que ele possa alcançar a todos com mais celeridade. Vê-se, portanto, a necessidade de desenvolver meios alternativos de práticas de negociação e resolução de conflitos, por

⁴ ⁴Mestre em Ciências Jurídicas. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, Título: Mediação Popular: o direito fundamental do acesso à justiça como prática emancipatória.

métodos não oficiais, informais, tão importante quanto ao judiciário e de eficaz resolução de conflitos, estamos falando de uma forma alternativa, autônoma ou auto-compositiva de solução de conflitos: A mediação de conflitos.

A mediação de conflitos parte do pressuposto da realidade inerente de cada um que a procura, o total respeito aos limites frente as suas necessidades mais urgentes. A mediação se utiliza da facilitação de diálogo entre as partes, para gerar um autoconhecimento e proporcionar que elas assumam seu papel de autores e responsáveis de suas próprias atitudes e que através de um diálogo amistoso cheguem a ao fim do litígio.

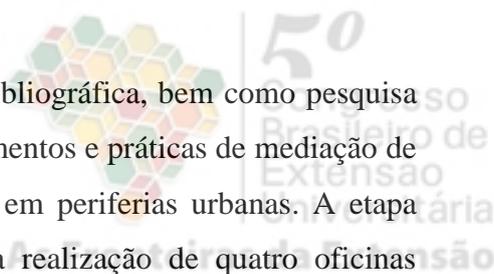
A problemática da ação da mediação de conflitos se revela de suma importância para nossa sociedade, constituindo uma forma acelerada de dissolução de conflitos, frente a uma reforma no poder judiciário.

Chama a atenção por sua forma de lidar com os problemas das partes, vê-se a preocupação de se atingir a raiz do problema, não se limitando a uma simples e frágil solução do conflito. A mediação torna o diálogo facilitado, em busca de sua solução satisfatória entre os litigantes, tendo em vista que não se tem vencedor e vencido.

Quanto ao pressuposto de admissibilidade junto aos Órgãos públicos, ainda é muito tímido. Falta a efetiva compreensão da ação deste meio alternativo quanto ao seu aspecto substancial de ação, levando em consideração o pouco incentivo, credibilidade e divulgação por parte dos operadores do direito, notadamente, promotores, juízes e advogados. Mediante a essa escassez de apoio, faz-se necessário um desenvolvimento específico, propondo-se um estudo dos meios alternativos de acesso à justiça sob vários enfoques na consideração de sua subjetividade.

Metodologia

A metodologia apregoada consiste na pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa de campo, tendo em vista que são realizados questionamentos e práticas de mediação de conflitos junto às comunidades situadas muitas vezes em periferias urbanas. A etapa inicial do projeto de mediação de conflitos parte da realização de quatro oficinas



formação /capacitação. Essas oficinas ocorrem quinzenalmente, aos sábados na sala de aula do Núcleo de Cidadania de Direitos Humanos da UFPB.

Resultados e Discussões

Na avaliação do projeto de início foi verificada a pouca procura pelo serviço oferecido, sendo detectado o baixo conhecimento do que seria essa nova ação do direito. Porém, no desenvolvimento dos trabalhos esse foi um foco relevante para aumentar a procura. A divulgação e esclarecimentos por parte da figura do judiciário é de inteira importância, pois de certa forma gera uma credibilidade no seio social devido a pouca disseminação de informação orientadora. Sendo, também, importante o envolvimento de outras áreas alheias a esfera jurídica.

A avaliação do projeto foi bastante positiva quanto aos seus objetivos, afinal muitos casos foram atendidos e a população começava a buscar o serviço em virtude da divulgação que foi realizada. Podemos inferir das análises de avaliação que muitos são os desafios que temos pela frente quanto às práticas de justiça comunitária e mediação de conflitos. Tendo em vista que o maior desafio seja a permanência de Núcleos já instalados e a promoção da intervenção comunitária ativa.

Contudo, consideramos também que relevantes conquistas significativas no campo da extensão universitária, especialmente no que diz respeito ao esforço de pensar o problema o acesso à justiça junto com os sujeitos diretamente afetados pela falta desse direito.

Conclusão

É importante que os cidadãos estejam conscientes de seus direitos, que possam receber as informações devidas e no tempo certo. A mediação, além de outros tem a capacidade e ferramentas para transmitir a autonomia dos sujeitos envolvidos, cooperação, informalidade, confidencialidade para se desenvolver a complexidade dos conflitos na confiança que se estabelece com o compromisso do mediador e na sua

discrição. Colocando o sujeito no centro de sua arte e não apenas sob prisma de um meio extrajudicial.

De forma que se desmistifique a criminalização que começa dentro do próprio poder judiciário pois vê os movimentos de justiça alternativas como um movimento de balburdia, de foras da lei. Portanto, aguardamos a interferência positiva do acesso popular à justiça na redução do acúmulo de crises no judiciário, promoção da celeridade e satisfação de se fazer justiça e na realização de ser um cidadão respeitado na sua essência. Portanto, esperamos o crescimento deste conhecimento a fim de que a justiça possa realmente ser alcançada pelas pessoas que mais necessitam dela.

Referencias

ALMEIDA, Ana Lia. **Mediação Popular: o direito fundamental do acesso à justiça como prática emancipatória**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPB, área de concentração Direitos Humanos, defendida em abr/2009. João Pessoa: 2009.

MORAES, José Luis de. *Mediação e Arbitragem: alternativas à jurisdição*. Porto Alegre: Editora do Advogado.

Rabenhorst, Eduardo Ramalho. Dignidade Humana e Moralidade Democrática. Brasília Jurídica, 2001. 51-87.

RIBAS, Luiz Otávio. *Assessoria jurídica popular universitária e educação popular em direitos humanos com movimentos sociais*. Artigo

Almeida. Ana lia ET AL. *O pão do povo: perspectivas para uma justiça popular na América Latina*. Artigo. apresentado no Seminário Internacional de direitos humano-UFPB. João Pessoa. 2010.

A EXPERIÊNCIA DA CAPACITAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho: Larissa Brand Back

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Autores: BACK, Larissa Brand¹; WESTPHAL, Vera Herweg²

Resumo: O trabalho aborda a experiência da Capacitação para Assistentes Sociais “Democracia, Sujeitos Coletivos e Participação Social: temas para o Serviço Social” atividade de extensão desenvolvida pelo NESSOP (Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organizações Popular) no ano de 2010. Consistiu atividade destinada à profissionais de Serviço Social, objetivando complementar a formação em Serviço Social, com uma abordagem teórica direcionada para uma reflexão da atuação destes profissionais em instâncias político-organizativas. O curso tema deste artigo foi organizado através de duas temáticas distribuídas em oito encontros, as quais foram transversalmente perpassados pelos eixos: conceitual, político, o profissional e o relacional. Para tal, a atividade de formação buscou capacitar multiplicadores para uma atuação qualificada junto aos segmentos organizados da sociedade civil. Ao final do curso, 67% dos participantes receberam certificado com 75% de frequência.

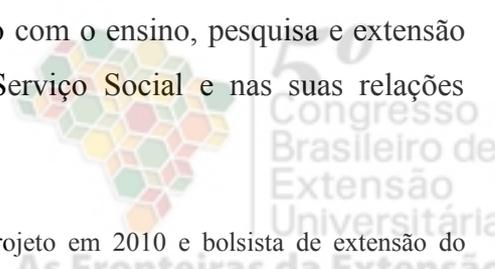
Palavras-Chaves: Capacitação, Extensão, Processos político-organizativos.

Introdução

O NESSOP é um espaço de aprendizagem, vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), configurando-se como espaço acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social. Em suas ações, objetiva: criar espaços na Universidade Pública para a reflexão e a construção do saber, contribuindo para qualificar os sujeitos do movimento sociocomunitário na conquista pelo direito à cidade; colocar em debate as formas de organização e gestão democráticas das entidades comunitárias, suas estratégias de mobilização social e de participação popular e seus projetos; cooperar para qualificar ética-pedagogicamente a participação das entidades comunitárias na sua representatividade, acompanhamento e/ou formulação de planos e projetos urbanos na sua relação com as políticas públicas e; desenvolver através da articulação com o ensino, pesquisa e extensão projetos pedagógicos de formação profissional em Serviço Social e nas suas relações interdisciplinares (NESSOP, 2008).

¹ Graduada em Serviço Social pela UFSC, foi estagiária do Projeto em 2010 e bolsista de extensão do NESSOP em 2009.

² Mestre em Serviço Social pela PUC-SP e doutora em Sociologia pela Westfälische Wilhelms-Universität, Professora do Departamento de Serviço Social/UFSC e Coordenadora do Projeto.



Para alcançar os objetivos expressos acima, o NESSOP se propôs a atuar na extensão universitária em dois distintos blocos de ação: a) assessoria e consultoria as entidades comunitárias de Florianópolis e; b) formação e capacitação sociopolítica. De tal modo, no planejamento de atividades para o biênio 2009-2010³, o NESSOP priorizou a realização e organização de atividades que fomentam o engajamento e a participação qualificada dos sujeitos, no sentido de construir ações coletivas voltadas para interesses públicos. E, assim, as ações do NESSOP destinam-se, majoritariamente para ao segmento popular que se organiza em torno de demandas sociais coletivas.

Para o ano de 2010, o NESSOP, como proposta de estágio curricular obrigatório I e II, pretendeu ser inovador. Neste sentido, promoveu formação através da extensão universitária estendendo-se para os profissionais que atuam junto a processos político-organizativos. Esta demanda surgiu quando o NESSOP realizou a divulgação do “Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Representativa e Direitos Sociais” (CFP) em 2009, no qual houve o desencadeamento de um interesse muito expressivo de pré-inscrições neste Curso por parte de assistentes sociais. Todavia, o curso não era dirigido para estes profissionais, ou seja, não constatavam do público-alvo central da proposta. De outro lado, este fato evidenciou uma nova demanda de atuação de capacitação para o NESSOP. Este aspecto também foi um dos principais motivadores para pensar a proposta como campo de estágio e projeto de extensão, pois evidenciou o interesse por parte dos profissionais em quererem aprofundar conteúdos referentes à democracia e participação, tendo em vista a qualificação da atuação do profissional de Serviço Social junto aos processos político-organizativos.

A estrutura e desenvolvimento do curso

O curso de Capacitação para Assistentes Sociais teve o intuito de complementar a formação em Serviço Social, com uma abordagem teórica direcionada para uma reflexão da atuação destes profissionais em instâncias político-organizativas. Para tanto, foram realizados encontros a cada quinze dias distribuídos em cinco meses, totalizando oito encontros que aconteceram nas dependências do Centro Sócio Econômico/UFSC. O curso iniciou no dia 29 de junho e encerrou no dia 19 de outubro de 2010.

O Curso foi dividido em blocos temáticos, sendo: 1) “Participação e Democracia” englobando as disciplinas: “Teorias sobre Democracia”, “Democracia no Brasil”,

³ Plano de Ação do NESSOP do biênio 2007/2008 e 2009/2010. Mais dados sobre as atividades no Núcleo e seus membros podem ser encontradas nos seguintes sítios eletrônicos: (1) <http://www.nessop.ufsc.br> e (2) <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043610U4GPW6Z#indicadores>.

“Ampliação da Participação” e “Conselhos de Direito e de Políticas Públicas e Participação”. Já o 2) “Sujeitos Coletivos, Movimentos Sociais e Políticas de Reconhecimento” composto pelas disciplinas: “Sociedade Civil: histórias e definições”, “Movimentos Sociais”, “Movimentos Sociais, ONG’s e Relação com o Estado”, “A categoria do reconhecimento: reflexões sobre a condição de cidadania”, “Sujeitos coletivos e demandas para as políticas públicas” e “Processos Político-Organizativos: elementos para refletir o exercício profissional”. Com carga horária total de 28 horas/aula, os temas foram inter-relacionados e perpassados por eixos fundantes, sendo eles o conceitual, o político, o profissional e o relacional.

Foram disponibilizadas 30 vagas, inicialmente foram contatados os assistentes sociais pré-inscritos no Curso de Formação Permanente/Edição 2009 e, posteriormente, a proposta do curso foi divulgada através do meio eletrônico, no site do CRESS/SC, da UFSC e também em rede de e-mails. A divulgação ocorreu em maio e junho e as inscrições feitas a partir da primeira quinzena de junho, pelo correio eletrônico do curso ou nas dependências do Núcleo.

Os critérios de seleção adotados, no caso da procura ser bem maior que o número de vagas, foram: 1) pré-inscrito no curso do CFP/2009, sendo que estes seriam primeiramente consultados e em caso de confirmação de inscrição serão inscritos; 2) por ordem de chegada de inscrição via e-mail do CAS/NESSOP; 3) ser profissional atuante no mercado de trabalho, preferencialmente do setor público; 4) atuar com processos político-organizativos (conselhos de direito, grupos sociais, comunidades, movimentos sociais) e; 5) não possuir vínculo com instituição de ensino superior. Vale destacar que os critérios 2, 3 e 4 foram analisados e considerados de forma concomitante. No caso, das 30 vagas não serem preenchidas, os critérios 3, 4 e 5 seriam desconsiderados. Devido ao recebimento de 59 inscrições, foi necessário selecionar os profissionais com base nos pré-requisitos estabelecidos acima. Por fim, cerca de 80 profissionais se inscreveram, sendo necessário adotar os critérios de seleção dos interessados.

As aulas foram ministradas por professores da Universidade, do Departamento de Serviço Social e Sociologia Política e/ou convidados especialistas da área. Utilizaram-se da metodologia de aulas expositivas e dialogadas abordando os conteúdos programáticos. Os ministrantes utilizaram abordagens e fizeram atividades que proporcionaram a participação dos cursistas, oportunizando a reflexão crítica sobre a atuação profissional nos processos político-organizativos. Foram disponibilizados materiais bibliográficos indicados pelos ministrantes (textos, artigos, pesquisas, etc.) acerca dos conteúdos abordados.

A avaliação do projeto foi realizada em cada encontro pelos cursistas, através de um formulário com 5 questões. Estas avaliações foram sistematizadas e enviadas aos ministrantes e aos cursistas. Também ao término do projeto foi feita uma avaliação com o intuito de refletir o alcance dos objetivos e metas pré-estabelecidos. Ainda, a avaliação foi desenvolvida de forma mista, ou seja, com participação por parte dos participantes, da equipe organizadora e também dos ministrantes.

No término do curso, 20 cursistas receberam certificação pelo Departamento de Projetos de Extensão da UFSC, pois tiveram frequência de 75%, ou seja, compareceram em no mínimo seis dos encontros previstos. Não foi cobrada nenhuma taxa de inscrição ou mensalidades, salvaguardando o caráter de extensão universitária, pública e gratuita da proposta.

Conclusão

O projeto da Capacitação configurou-se como um importante espaço e experiência de extensão. Destaca-se que os atores sociais privilegiados nos trabalhos do NESSOP têm sido os advindos do segmento popular, e a presente atividade estendeu-se para os profissionais atuantes do mercado de trabalho, para que justamente pudessem refletir acerca de sua atuação com processos político-organizativos e articular as categorias como democracia, sujeitos coletivos e participação. A atividade pode ser configurada como um desafio ao NESSOP, uma vez que o público-alvo eram assistentes sociais. Apesar das desistências e papel de ativos ouvintes dos cursistas durante as aulas, a avaliação quanto ao conteúdo e relação com a atuação profissional foram positivos.

Outro aspecto a ser considerado é que a responsabilidade da atualização permanente para a contínua qualificação da intervenção profissional, é de responsabilidade tanto do profissional, na medida em que busca possibilidades para tal, do próprio Conselho Regional, na medida em que informa, incentiva e promove atividades desta natureza e da Universidade, na medida em que é instituição social com a finalidade de realizar educação e formação. Nessa perspectiva pode-se destacar a extensão universitária como um meio de promover esses espaços de discussão, de atualização profissional e de troca de saberes. Contudo, também pode ser levantada a perspectiva de futuramente transformar este curso de extensão agregando outros conteúdos, em uma especialização.

As avaliações realizadas expressam um aspecto determinante da formação profissional, marcada pela tradição marxista, no que condiz ao despertar de uma consciência crítica acerca das estruturas da realidade. Porém, temas como participação,

organização social e democracia são abordados por vezes, apenas de forma transversal na formação profissional. E mais ainda, ao se tratar de procedimentos de atuação, percebe-se explicitamente o déficit de mecanismos de intervenção, aspecto evidenciado na avaliação final da Capacitação, uma expectativa não totalmente suprida pelo curso.

Aponta-se para a realização de pesquisas, desde a sistematização das ações dos profissionais relacionados à temática, bem como investigações e produções mais detalhadas, com o propósito de problematizar a forma de atuação nesses processos e qualificar e avançar no debate da intervenção nessas instâncias de atuação como uma necessidade vital. Nesse sentido, é preciso fortalecer estratégias de atuação com participação em processos político-organizativos, uma vez que o trabalho de base, de organização e reflexão desencadeiam formas concretas de pensar, transformar e intervir na realidade.

Através das variáveis elencadas percebe-se a relação com as teorias e concepções discutidas e problematizadas durante a capacitação, bem como com a prática vivenciada nas diferentes áreas de atuação. Contudo, a Capacitação trouxe contribuições importantes, pois através dela tentou-se proporcionar reflexões a respeito das temáticas centrais e fazer um rastreamento de como os profissionais entendem, atuam e articulam essas categorias.

Referencias Bibliográficas

BACK, Larissa Brand. **Participação e Processos político-organizativos:** temas para o Serviço Social. 103 f. 2010. Monografia (Graduação em Serviço Social) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BACK, Larissa Brand. **Relatório Final do Estagio Obrigatório I e II: Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.** Universidade Federal de Santa Catarina. 2010

NESSOP. Plano de Ação para o Biênio 2008-2009.

NESSOP. Plano de Ação para o Biênio 2009-2010.



EMANCIPAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR JUNTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM JUIZ DE FORA/MG

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável: A. COIMBRA

Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Autores: A.L. COIMBRA¹; L.A. BALDI²; M.N. CAPUCHINHO³; T.C. GONÇALVES⁴

Resumo:

O presente trabalho versa sobre uma experiência de extensão universitária junto a um espaço de articulação de movimentos sociais, o Comitê Central Popular de Juiz de Fora – MG. O Comitê Central Popular (CCP) é um espaço de articulação entre movimentos sociais, partidos políticos, pastorais sociais, organizações populares, sindicatos e pessoas independentes, tendo como proposta organizar as lutas populares na cidade. Nosso projeto se inseriu na educação política dos militantes do CCP. Teve como objetivos realizar oficinas e assessorar o desenvolvimento de ações que articulem os diferentes movimentos que compõe o CCP. Além de contribuir para a ampliação da articulação com outras organizações que ainda não faziam parte desse espaço, também garantiu a permanente articulação da UFJF com os movimentos sociais, contribuindo também para a reafirmação da função social da universidade pública. Tivemos como um dos principais resultados desse projeto, a construção de um curso de formação política periódico de um ano, o Curso de Realidade Brasileira, construído por 19 organizações de Juiz de Fora e da região, processo que ampliou os horizontes dos movimentos sociais que compõe o CCP. Extrapolando os limites de articulação do município, passando a envolver movimentos sociais da região da Zona da Mata Mineira.

Palavras-chave: formação política; articulação popular; movimentos sociais.

Introdução

¹ Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenadora do Projeto *Emancipar: apoio à formação político-organizativa dos movimentos sociais em Juiz de Fora/MG*

² Bacharel em Serviço Social. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pesquisador associado do Projeto *Emancipar: apoio à formação político-organizativa dos movimentos sociais em Juiz de Fora/MG*

³ Bacharel em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pesquisadora associada do Projeto *Emancipar: apoio à formação político-organizativa dos movimentos sociais em Juiz de Fora/MG*

⁴ Graduanda em Serviço Social. Bolsista de Extensão do Projeto *Emancipar: apoio à formação político-organizativa dos movimentos sociais em Juiz de Fora/MG*

O presente projeto, corroborando as diretrizes para a Extensão Universitária do Plano de Nacional de Extensão, buscou a implementação de ações voltadas para o universo dos movimentos sociais em Juiz de Fora. Partimos do pressuposto que a extensão universitária constitui uma das dimensões do processo pedagógico, de caráter educativo, científico e cultural, demarcada pela materialização da relação Universidade-Sociedade e do exercício do conhecimento. Assim concebidas, as ações de extensão pautam-se no compromisso social de participação na transformação da realidade.

Entretanto, é preciso considerar que a universidade, apesar de sua grande importância, unilateralmente não é capaz de promovê-lo. É necessário construir uma rede de sujeitos que possam tecer, no exercício cotidiano das relações sociais, um conjunto de princípios e ações norteadoras. Os movimentos sociais, dentre eles o movimento popular e o movimento sindical, historicamente têm buscado a realização desta tarefa.

Atualmente são colocados constantes desafios para a organização destes coletivos, cuja origem remonta à década de 1960 no Brasil. Desta forma o projeto teve como principal objetivo organizar atividades de formação que propiciassem o fortalecimento de uma concepção classista dos trabalhadores, através de suas entidades organizativas (sindicatos de trabalhadores organizados em Juiz de Fora e o Comitê Central Popular).

Material e Metodologia

A principal metodologia utilizada na realização do projeto foi a educação popular. Trata-se de uma metodologia que surge na América Latina na década de 1960 como uma educação libertadora, capaz de proporcionar ao povo a elaboração de um saber próprio, que o tornasse capaz de transformar a sociedade, na direção da justiça social. Trata-se de uma prática oriunda da militância dos movimentos que surgiam naquele momento, sobretudo nos primeiros três anos da década de sessenta e que será sustentada notadamente na atuação das Comunidades Eclesiais de Base, e elaborada teoricamente por intelectuais vinculados a essas experiências, entre os quais Paulo Freire se destaca como expoente.

De acordo com Freire, a educação popular busca ter no educando um sujeito cognoscitivo, no constante movimento de busca, ao contrário de uma educação bancária, na qual o educando é somente objeto da incidência da ação do educador. A educação popular reconhece a prática educativa como prática política, tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdo às pessoas quanto em sua conscientização, recusando-se a encerrar-se numa prática estritamente escolar.

Dessa forma são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta. E, ao fazê-lo, devem ir, com a indispensável ajuda do educador, superando o seu saber anterior, de pura experiência feito, por um saber mais crítico, menos ingênuo. O senso comum só se supra a partir dele e não com o desprezo arrogante dos elitistas por ele (FREIRE, 2001, p. 16).

Destarte, uma tarefa fundamental da educação popular é inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico em torno do mundo e de si no mundo, o que envolve também uma compreensão diferente da História, apreendendo-a como uma possibilidade sempre aberta à realização do novo.

A pedagogia paulofreireana implica num método de libertação popular caracterizado, fundamentalmente, pelo diálogo na relação educando-educador, por meio do qual ambos problematizam o conhecimento que possuem e afirmam a liberdade uns dos outros e pela unidade entre ação e reflexão, o que significa a soma entre formação humana e luta política revolucionária, esta última, que, por sua vez, também possui um caráter pedagógico.

A ação dialógica como princípio da educação popular, princípio fundado por Paulo Freire, é a ação mediadora do processo de conscientização, de problematização do mundo opressor, ação esta por meio da qual “a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase ‘coisas’, com eles estabelece uma relação dialógica permanente” (FREIRE, *apud*, SCHNORR, 2010, p. 80).

A partir desse parâmetro de educação popular, que procuramos realizar nossas atividades junto ao Comitê Central Popular (CCP), entre as quais destacamos as seguintes:

Organização do Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra no Brasil: As organizações que compõem o CCP desejavam construir este plebiscito com o objetivo de discutir a reforma agrária na sociedade brasileira. Nossa assessoria se deu no sentido de auxiliar essas organizações na discussão dos pontos mais polêmicos, como o agronegócio, o latifúndio e a relação dos problemas sociais urbanos com a expropriação da terra e o êxodo rural, lotação dos centros urbanos, desemprego, miséria, exploração de mão de obra no campo.

Grupo de estudos marxistas: Este grupo de estudos marxistas foi oferecido para os jovens estudantes do ensino médio, filhos de militantes do comitê que demonstraram interesse nos estudos teóricos. Uma das temáticas discutidas foi a organização do MST, indicada pelos próprios adolescentes. Numa destas experiências, foi utilizado um documentário sobre um congresso do MST, realizado em Brasília. Este documentário

abordava pontos como: a forma como é visto o MST; qual a ideologia do Movimento; qual a intencionalidade das marchas e do congresso; algumas ações realizadas pelos membros do MST.

Organização da I Assembléia Popular da Juventude: Esta atividade foi realizada com os jovens das ocupações urbanas presentes no município e do acampamento Denis Gonçalves, do MST (Goianá – MG). Esta Assembléia Popular envolveu momentos preparatórios, aos finais de semana, com atividades de formação política, nas quais nossa intervenção se deu mediante a estratégia da educação popular.

Curso de Realidade Brasileira (CRB): A experiência de formação acumulada no Comitê Central Popular contribuiu para que o grupo pensasse a realização do CRB. Começamos a discutir a metodologia, as datas de realização das reuniões e os possíveis nomes de facilitadores. O CRB é um espaço de formação teórica e política construído em parceria com outras entidades sindicais e sociais (destaca-se a colaboração da Faculdade de Serviço Social da UFJF). A intenção desse curso é a formação de militantes com o estudo do pensamento social brasileiro, ou seja, pensar o Brasil e sua formação sócio-histórica através de pensadores brasileiros. As reuniões realizadas em 2010 intencionaram discutir com entidades que já construíram ou participaram de outros CRB's, com o objetivo de sua realização em Juiz de Fora, em nível de projeto de extensão.

Resultados e Discussões

Foi possível compreender que o trabalho com os movimentos sociais está sujeito à conjuntura política, o que determinou a realização de novas atividades, após as necessárias mudanças, as atividades foram realizadas em sua totalidade, trazendo um saldo acadêmico e social bastante positivo para todos que se envolveram com elas: a equipe, as lideranças do CCP e os movimentos sociais que compõe a organização. Foi garantindo a manutenção de princípio fundamental: o de trabalhar a formação política.

A bolsista e a coordenadora participaram das reuniões quinzenais do CCP, que ocorreram às quartas-feiras, tendo como local uma sala na Catedral Metropolitana de Juiz de Fora e, mais recentemente, em um espaço cedido na Rua Olegário Maciel, além de executar as ações junto ao acampamento do MST denominado Denis Gonçalves e outros locais específicos para a realização das atividades formativas.

Conclusão

Através das ações desenvolvidas pelo projeto em conjunto com as lideranças do CCP foi possível evidenciar um acúmulo de informação e formação sobre os temas trabalhados, além de garantir o maior envolvimento das pessoas abarcadas nesse processo. Também é importante destacar que o projeto proporcionou uma maior integração entre os diferentes movimentos sociais que compõe o CCP, potencializando as ações dos movimentos do campo e da cidade. Contribuindo para organização de ações unitárias como plebiscito do Limite da Propriedade, assembleias populares e principalmente o processo de organização de um curso periódico de formação política, o Curso de Realidade Brasileira.

Podemos concluir que os objetivos do projeto foram atingidos, havendo um saldo organizativo positivo para as organizações que compõe o CCP, ampliando suas articulações com outros movimentos e organizações do município e da região. Também avalia-se que através desse projeto foi possível oportunizar o acesso de estudantes universitários às experiências que integrem seus processos formativos na ótica da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Referências

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

FON, Celeste. **A educação popular na América Latina**. In: CEPIS. Educação Popular – Roteiros e textos de Apoio. São Paulo: CEPIS, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PELOSO, Raulfo. **Como fazer trabalho de base**. In: MST. Método de Trabalho de Base e Organização Popular – caderno de formação 38. Setor de Formação – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2009.

SCHNORR, Giselle Moura. **Pedagogia do Oprimido**. In: SOUZA, A.I (org). **Paulo Freire: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



ESPAÇOS CULTURAIS E ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - DA PROPOSIÇÃO À AÇÃO

Área temática: Direitos Humanos

S. SILVA

Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo (USP)

Mirian Bispo Moreira¹, Vivian Vieira²

Resumo: Com a Constituição Federal de 1988 e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ONU 2007, intensificou-se a proposição de ações que visam garantir os direitos das pessoas com deficiência. Houve, então, formalização da responsabilidade de garantia no acesso desse público à educação e a cultura, por parte das políticas sociais públicas, em especial as do campo social. Neste âmbito, este projeto de extensão tem como objetivo identificar como os espaços culturais da Universidade de São Paulo têm garantido o direito de acessibilidade desse público na vida cultural, em igualdade com os demais. Para tanto, realizaram-se pesquisas de campo nos espaços em questão, verificando os ambientes e o material disponível, a partir de uma lista de indicadores da acessibilidade no que se refere ao aspecto físico e metodológico do espaço, além de análise qualitativa do atendimento realizado nos órgãos selecionados. Como resultado, pretende-se criar um protocolo, a ser submetido à apreciação dos espaços, que favoreça o acompanhamento e a participação das pessoas com deficiência em suas atividades, e que proponha instrumentos adequados às questões levantadas e sugestões arquitetônicas que considerem os princípios do desenho universal. Não obstante o que existe em matéria de acessibilidade nos espaços pesquisados, muito há que se avançar nesse aspecto, e, a produção de indicadores mostra-se muito produtiva no avanço de atuação na área, buscando sair da mera proposição a efetivas ações.

Palavras-chave: pessoas com deficiência, espaços culturais, acessibilidade.

¹ Faculdade de Educação (FE) - Universidade de São Paulo (USP)

² Instituto de Física (IF) - Universidade de São Paulo (USP)



Introdução

Este trabalho se constitui como um recorte do Projeto de Extensão denominado *Educação, cultura e pessoas com deficiência - a mediação pedagógica dos espaços culturais*, desenvolvido sob coordenação de uma docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que orienta o trabalho de seis graduandos pesquisadores de diversas unidades da mesma Universidade. Em vista do caráter geral do trabalho original, o presente recorte, por sua vez, destaca o aspecto da acessibilidade no que concerne ao direito igualitário de todas as pessoas ao usufruto dos espaços culturais e seus conteúdos.

Conforme consta no documento orientador do Projeto ao qual este se inclui, o Brasil, em 2009, ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, por meio do Decreto 6.949. A exposição de seus princípios reafirma a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também ratificada pelo Brasil, e, a Resolução 48/96 da ONU que explicita as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências.

A referida Convenção traz a garantia formal à uma grande parcela da população - a das pessoas com deficiência e as pessoas de suas redes de relações sociais - na perspectiva de haver por parte das instituições sociais, especialmente as públicas, a igualdade de oportunidades no que tange o acesso a educação e cultura. Além disso, faz do ponto de vista das políticas públicas, um direcionamento claro de quais devem ser as ações propositivas por parte da esfera pública. Pode-se compreender, e até inferir, o papel primordial que a universidade tem diante destes princípios, uma vez que a esta cabe à tarefa de formação de novos profissionais que possam atuar na realidade social a partir destes preceitos, e por isso, a importância de se realizar um estudo que envolva a esfera da universidade.

Um ponto que não gera dúvidas ou interpretações nestes textos legais refere-se ao fato de que “se não houver acessibilidade significa que há discriminação, condenável do ponto de vista moral e ético e punível na forma da lei”.

Assim, este projeto tem como objetivo a identificação dos modos pelos quais os espaços culturais da Universidade de São Paulo, em suas ações, têm construído o reconhecimento do “direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, conforme explicitado no artigo 30 do Decreto 6949 /2009:

c. Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e pontos turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter o acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

No aspecto de envolver extensão e ensino, o presente projeto de caráter transversal permitirá englobar várias áreas de formação acadêmica por meio de um eixo aglutinador – as pessoas com deficiência. Portanto, sua finalidade é clara ao pretender permitir aos alunos, em sua formação acadêmica, uma experiência de cultura e extensão que irá aprofundar sua formação humanística e ética diante de um determinado segmento da sociedade.

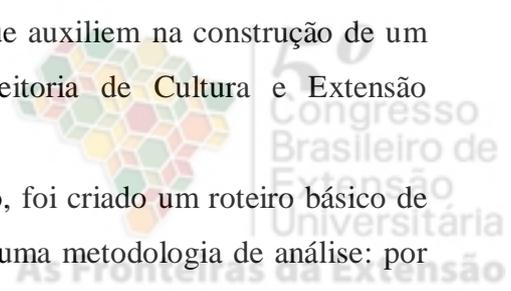
Com a afirmação dos direitos sociais e culturais das pessoas com deficiência, entre outros, há indiscutivelmente uma reafirmação do papel propositivo às instituições sociais em atender tais princípios de acesso aos bens sociais e culturais a estas pessoas, em atenção ao princípio de promoção da pessoa humana e o respeito as suas condições de vida e, principalmente, sua autonomia. Ações específicas a este grupo podem permitir que o mesmo não fique à margem dos fatos do mundo social e cultural.

Material e Metodologia

Para o presente estudo, foram realizadas primeiramente, reuniões entre a coordenação da pesquisa e os alunos para a elaboração de planejamento das atividades do Projeto e reuniões com os alunos para a construção de indicadores de análise, a partir dos espaços a serem pesquisados: Centro de Preservação Cultural (Casa de Dona Yayá); Centro Universitário Maria Antonia e Teatro da Universidade de São Paulo; Cinema da USP Paulo Emílio (CINUSP); Estação Ciência; Museu de Anatomia; Museu de Arqueologia e Etnologia; Museu de Arte Contemporânea; Museu de Geociências; Museu Paulista; Museu Oceanográfico; Museu de Zoologia; Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade de São Paulo (Parque CienTec).

Realizou-se, então, um levantamento das fontes de pesquisa disponíveis – documentos, dados estatísticos, estudos especiais – que auxiliem na construção de um diagnóstico do atendimento dos órgãos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária selecionados para esta pesquisa.

Estabelecido o programa de pesquisa de campo, foi criado um roteiro básico de entrevistas para cada um dos segmentos escolhidos e uma metodologia de análise: por



um lado, qualitativa, do atendimento realizado nos órgãos selecionados, e, por outro, quantitativa, da população atendida.

Além disso, para atender o objetivo proposto neste projeto, os pesquisadores envolvidos se propuseram a participar de oficinas temáticas visando o embasamento teórico e metodológico no que diz respeito: à legislação nacional, tomando ciência dos princípios éticos e políticos das legislações específicas às pessoas com deficiência e, particularmente, aquelas que têm explicitado o conjunto de prescrições em relação às ações a serem tomadas prevendo a igualdade de oportunidades; ao desenho universal, incorporando este conceito fundamental que se baseia no respeito à diversidade humana, pois a meta é atingir um desenho de produtos, meios de comunicação e ambientes de qualidade no quais, além de requisitos estéticos, é fundamental o entendimento sobre a legibilidade, a segurança e o conforto para todos, independentemente de suas idades, habilidades ou capacidades, ressaltando a relação de tal conceito de desenho universal com o dever dos projetos de acessibilidade de proporcionarem o máximo possível de independência e autonomia para as pessoas com deficiência; e à arte e à cultura como espaços de formação educacional, compreendendo os espaços culturais como, além de espaços de circulação do bem cultural e de informação, possibilidade de formação educacional, sejam através da própria participação nestes espaços ou em cursos direcionados à população.

Resultados e Discussões

Após avaliação do roteiro básico de entrevistas com os participantes da pesquisa, em termos de informações, expectativas de inclusão de novos tópicos ou necessidades específicas, pretende-se chegar ao resultado de possibilidade de construção de um protocolo que possa favorecer os espaços pesquisados a acompanhar a participação de pessoas com deficiência em suas atividades.

Os resultados de uma pesquisa com tal viés traz a tona uma série de discussões. A totalidade dos espaços da Universidade de São Paulo selecionados apresenta problemas de acesso ao público com deficiência, que vão da inexistência de rampas como alternativa a degraus, passando por tipografia com tamanho muito reduzido e carência de sanitários adaptados, até a ausência de pisos podotáteis de alerta, o que pode resultar em acidentes. Uma parcela deles, inclusive, apresenta bastante precariedade nesse aspecto, não obstante existirem estudos técnicos já realizados com o objetivo de identificar e corrigir tais problemas.

Alguns órgãos justificam tal precariedade com o argumento de não serem, nunca ou quase nunca, procurados por pessoas com deficiência. Mas isso leva a uma reflexão sobre até que ponto essa tarefa de atrair o público com deficiência não seria responsabilidade, também, dos próprios espaços, e se fosse oferecida uma experiência correspondente àquela proporcionada ao público em geral, se não haveria aumento da demanda específica.

Vale salientar que muitas das características arquitetônicas que apontamos como necessárias estão previstas em lei. Isto é, além de ser um dever moral, a acessibilidade é, principalmente, um dever legal.

Conclusões

Em matéria de acessibilidade, os órgãos pesquisados apresentam-se muito aquém do mínimo necessário para receber a clientela de pessoas com deficiência.

Acreditamos que uma postura mais efetiva da universidade, no sentido de fazer cumprir os direitos de acesso dos deficientes à vida social e cultural, seja urgente. As poucas adaptações existentes são pontuais e estão em alguns poucos espaços. Na maioria deles, porém, se o acesso à pessoa com deficiência não é impossibilitado pelas barreiras arquitetônicas ou de informação, ele se torna deveras dificultado, tamanha é a complexidade para apreciação do acervo, ou para deslocamento entre os ambientes do espaço.

Conclui-se, assim, que se faz necessário uma ação conjunta que aglutine as experiências, subsidiando-as para que continuem com a produção e pesquisa de fomentação de acesso a cultura, sem deixar de lado a questão do desenho universal e do acesso arquitetônico.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/arquivos/CON1988.pdf>.

BRASIL. Decreto nº 6.949, 25 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

MORAES, Miguel Correia de. *Acessibilidade no Brasil: Análise da NBR 9050*. Florianópolis: 2007. Dissertação de Mestrado.

ONU. Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência. Texto promulgado em 30 de março de 2007.

OLIVEIRA, A. S. D. A.; ELY, V. H. M. B.; *Acessibilidade em centrocultural: estudo de caso*. Unesp: Abril de 2006. Artigo.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DIREITO À CIDADE: A EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA AO FÓRUM DA CIDADE

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça.

Responsável pelo trabalho: M. T. SANTOS.

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nome dos autores: M. T. SANTOS¹, Z. CASTRO² e S. DOS SANTOS³.

Resumo

Este trabalho trata da experiência de assessoria ao Fórum da Cidade de Florianópolis realizada pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de maio de 2010 a junho de 2011. O objetivo do projeto consiste em assessorar o Fórum da Cidade, espaço de articulação dos sujeitos coletivos que atuam no processo de elaboração da política urbana de Florianópolis. A metodologia consiste no acompanhamento sistemático às suas atividades, com participação nas reuniões, apoio na sistematização de sua documentação e na mobilização de suas bases. Foi possível uma gradativa inserção no cotidiano do Fórum, bem como a percepção das dificuldades na participação, mobilização, comunicação e descentralização das ações deste movimento.

Palavras-chave: Assessoria; Fórum da Cidade; Extensão universitária.

Introdução

O NESSOP, vinculado ao DSS - Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, caracteriza-se como um espaço acadêmico de estudos, pesquisa e extensão na área do Serviço Social. O Núcleo, eticamente comprometido com o atendimento das demandas sociopolíticas das organizações sociocomunitárias em seus projetos de construção, ampliação da cidadania e exercício da democracia participativa, além de ser campo de estágio, desenvolve projetos de extensão que agregam acadêmicos contribuindo, assim, com a formação de profissionais comprometidos com o projeto ético-político da profissão.

A compreensão deste projeto passa por um breve resgate das origens do Fórum da Cidade de Florianópolis.

Em 2001, na terceira edição do Projeto “Experiências em Cena” - desenvolvido pelo NESSOP com o objetivo de dar visibilidade pública às experiências de gestão e reivindicações das entidades comunitárias da Grande Florianópolis - lideranças e

¹Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora do Departamento de Serviço Social/UFSC e Coordenadora do Projeto.

² Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, membro do NESSOP.

³ Estudante da 4ª. fase do Curso Serviço Social/UFSC, Bolsista de Extensão do Projeto no período de abril/2010 a março/2011 e no período em vigor.

associações comunitárias, que já vinham discutindo a política urbana e o Estatuto da Cidade (Decreto de Lei nº10. 257 de junho de 2001), mobilizaram-se para a criação de um espaço onde pudessem articular suas demandas locais com as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis.

O documento final deste evento propôs a criação de um fórum para que o diálogo entre os diferentes sujeitos populares legitimasse e fortalecesse as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano. Desde então, realizaram-se três grandes encontros, respectivamente em 2003, 2004 e 2006.

Atualmente o Fórum se reúne em Plenárias mensais e se articula através de um comitê gestor e câmaras temáticas por áreas: mobilidade urbana, habitação, meio ambiente e saneamento básico.

O Fórum da Cidade em seu regimento interno prevê que sua organização deve oportunizar a união dos movimentos sociais da cidade respeitando suas identidades, características, ideologias e integrando-os sob a forma de rede social. Constitui-se do Congresso da Cidade e das Plenárias mensais como instâncias deliberativas, e do Comitê Gestor e das Câmaras Temáticas como instâncias executivas.

Nessa perspectiva, o Projeto Assessoria ao Fórum da Cidade de Florianópolis objetiva contribuir na articulação dos sujeitos populares coletivos que atuam no processo de elaboração da política urbana de Florianópolis, e subsidia-los na leitura crítica da realidade para sua intervenção. Visa também fortalecer os processos político participativos dos sujeitos, bem como apoiar as ações de mobilização popular na construção da política urbana no município e orientar as possibilidades de articulação entre os atores e organizações de base popular.

O processo de assessoria: aproximações sucessivas

Compreendendo a assessoria como “[...] espaço de interlocução e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com vistas à garantia de direitos” (CASTRO, 2010, p. 32), neste caso o direito à cidade, este projeto teve início com a demanda do Fórum da Cidade ao NESSOP de um acompanhamento mais sistemático de seu processo político organizativo.

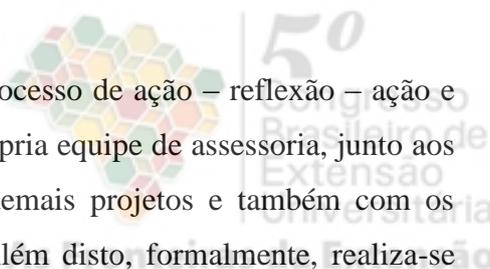
O percurso metodológico de assessoria implicou em diferentes estratégias de intervenção que caracterizamos apenas para fins didáticos em distintos momentos, já que necessariamente não ocorreram de forma linear. Cabe o registro de que o projeto é vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão e conta com a equipe de duas professoras do curso de serviço social da UFSC e uma acadêmica deste mesmo curso.

Primeiro momento: conhecimento da realidade do movimento. No momento inicial de inserção no Fórum da Cidade a observação participante em reuniões e atividades desenvolvidas, a leitura de relatórios de atividades do Fórum, bem como dissertação de mestrado e trabalhos de conclusão de curso de estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em serviço social, desenvolvidos anteriormente a partir de práticas junto ao próprio Fórum, foram as principais ferramentas para o reconhecimento dos diferentes sujeitos que compõem o Fórum, suas práticas, bandeiras e trajetórias de luta. O conhecimento foi complementado com sucessivas discussões no âmbito da equipe de assessoria na perspectiva de recuperação da memória do movimento.

Segundo momento: aprofundamento teórico sobre a temática da assessoria. O conhecimento inicial da realidade e as contradições deste processo estimularam a compreensão mais aprofundada sobre as diferentes concepções de assessoria. Neste sentido, no contexto da programação do NESSOP, a equipe de assessoria realizou levantamento bibliográfico sobre o tema, verificando que há reduzida produção sobre este assunto no âmbito do Serviço Social, o que instiga a sistematização de experiências, reflexões e pesquisas nesta área. A questão ganhou relevo no interior do Núcleo que conseguiu distinguir dentre suas ações, aquelas que de fato podem se considerar *assessoria*, já que o termo tem sido usado indistintamente em diversas práticas. Assim, o trabalho de assessoria, para além da militância, busca fortalecer o movimento social de defesa ao direito à cidade.

Terceiro momento: Acompanhamento das atividades. O acompanhamento direto ao Fórum da Cidade ocorreu por meio da participação da equipe nas reuniões de seu Comitê Gestor, nas plenárias mensais ou quinzenais, na participação em reuniões e seminários temáticos específicos como transporte, habitação, meio ambiente, plano diretor participativo e outros correlatos. O trabalho desenvolveu-se também no apoio à sistematização da documentação do Fórum, especialmente no registro das plenárias do Fórum e reuniões do Comitê Gestor. O apoio à organização Congresso da Cidade tem se caracterizado particularmente pela mobilização para os encontros preparatórios, especialmente pelos contatos realizados com lideranças.

Quarto momento: avaliação. A avaliação é parte do processo de ação – reflexão – ação e ocorre regularmente ao longo das atividades, com a própria equipe de assessoria, junto aos demais integrantes do NESSOP na relação com os demais projetos e também com os próprios sujeitos que integram o Fórum da Cidade. Além disto, formalmente, realiza-se

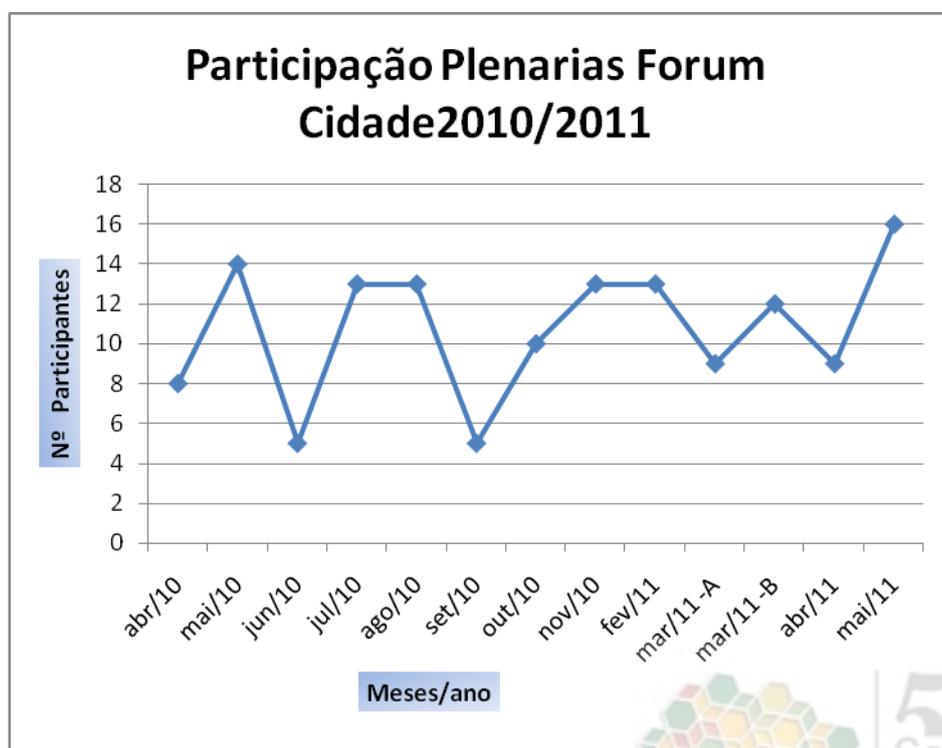


uma avaliação no âmbito do Núcleo, como exigência de prestação de contas ao órgão financiador.

Alguns dados do processo organizativo do Fórum da Cidade

Pelos dados acima, percebe-se que a atuação do NESSOP na assessoria ao Fórum da Cidade tem se caracterizado por uma prática – que para além da simples prestação de um serviço, como por vezes, equivocadamente se compreende a extensão universitária – que congrega um conjunto de atividades voltadas à mobilização e apoio para a realização das reuniões, elaboração de material informativo, didático e de controle da participação dos diversos segmentos neste Fórum.

Foi possível perceber neste processo que a organização interna do Fórum foi um dos temas recorrentes ao grupo especialmente em 2010, ao mesmo tempo em que busca efetivar-se como espaço de articulação dos segmentos que lutam pelo direito à cidade, sem, contudo, institucionalizar-se. Uma das ações da assessoria voltou-se ao acompanhamento da frequência às plenárias, um dos principais instrumentos de organização deste coletivo, conforme ilustra o gráfico abaixo.



O período de eleições nacionais, os embates e o próprio momento de reestruturação pelo qual o Fórum passava, determinou certo esvaziamento e rotatividade em suas plenárias no decorrer de 2010. Com a perspectiva de realização do Congresso da Cidade em 2011, vem ocorrendo maior adesão e articulação dos sujeitos em função do evento.

Considerações finais

O desenvolvimento deste projeto de extensão, pedagogicamente falando, propiciou a articulação dos conteúdos programáticos do curso de serviço social com experiências profissionais desenvolvidas na extensão. Foi possível acompanhar a dinâmica dos movimentos que se ocupam das lutas pelo “direito à cidade”, bem como entrar em contato com debates e demandas do real, inerentes à profissão do assistente social – como organização popular, habitação, saúde, transporte, meio ambiente e demandas afins à população subalternizada na cidade. Foi possível ainda, perceber demandas, realizar a leitura crítica da realidade junto aos sujeitos do projeto, discutindo possibilidades de ação. No percurso da assessoria, a sistematização da experiência de extensão universitária vem oportunizando o levantamento de aspectos a serem aprofundados em processo de pesquisa, que deverá se articular numa proposta integrada de investigação junto ao NESSOP.

Por fim, pode-se dizer que a experiência tem contribuído para a problematização do papel do NESSOP, por meio dos docentes e estudantes que o compõe, na socialização dos saberes construídos pela universidade pública, papel primordial da extensão universitária.

Referências

BRAVO, Maria Ines S.; MATOS, Maurilio C. (orgs.). **Assessoria e consultoria & serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Andréia dos. **IV Fórum da cidade: Florianópolis frente ao plano diretor e a gestão democrática da cidade**. Florianópolis, 2007. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

CARDOSO, Michelly Nezilda. **Desafios da sociedade civil para a construção dos espaços públicos em Florianópolis: configuração, obstáculos e perspectivas da experiência do Fórum da Cidade**. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2006.



EXPERIÊNCIAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ULTRAPASSANDO AS FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS DO CONHECIMENTO ACADÊMICO E POPULAR

Área temática: Direitos Humanos e Justiça
Elton Santa Brígida do Rozario
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Autores: Elton Santa Brígida do Rozario¹; Rosimar Angélica da Silva Ramos²

RESUMO

O Programa Universidade Popular em Direitos Humanos – PUPDH o qual é vinculado a Faculdade de Serviço Social - FASS e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICESA da UFPA, tem como objetivo capacitar e (in)formar lideranças de movimentos sociais da Região Metropolitana de Belém – RMB, assim como contribuir na consolidação do Projeto Político Pedagógico – PPP da Faculdade de Serviço Social. O programa busca através do Projeto: “JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POPULAR: FORMANDO NOVOS LÍDERES COMUNITÁRIOS” instrumentalizar, do ponto de vista conceitual e organizativo o processo de mobilização e a formação de novas lideranças comunitárias e juventude na RMB para que assim possa subsidiar os movimentos sociais a garantia dos direitos, isto é, a partir de um processo de educação em Direitos Humanos. O Projeto desenvolve-se em dois momentos distintos em um processo metodológico que buscou a articulação entre o conteúdo acadêmico e realidades concretas (vivenciadas pelos sujeitos da intervenção). Para tanto realizou atividades interdisciplinares através do curso de extensão, seminários e oficinas, vinculando a extensão ao ensino e a pesquisa. Além de fomentar um processo formativo, para os discentes e movimentos sociais, pautado nas dimensões técnica, política, ética e cidadã. A capacitação se deu por meio de um universo empírico e acadêmico que permitiu uma interação qualitativa, no sentido de empoderamento juvenil, isto é, discussões que perpassaram desde o histórico dos Direitos humanos à violação de direitos e temáticas elencadas pelos próprios jovens do curso de formação.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Juventude.

INTRODUÇÃO

O Programa Universidade Popular em Direitos Humanos- PUPDH desenvolveu suas atividades de extensão através do projeto: “JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POPULAR: FORMANDO NOVOS LÍDERES COMUNITÁRIOS”. O projeto se justifica pela relevância da temática no cenário atual em que percebemos a necessidade do empoderamento dos movimentos sociais no que se refere ao desenvolvimento de habilidades técnicas e políticas, que fomentem a auto-suficiência e minimizem o refluxo e

¹ Graduando do 5º semestre do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA e bolsista de extensão do Programa Universidade Popular em Direitos Humanos – PUPDH/UFPA.

² Graduando do 9º semestre do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA e bolsista de extensão do Programa Universidade Popular em Direitos Humanos – PUPDH/UFPA.

a baixa capacidade de mobilização, o que ressalta a importância da renovação de lideranças locais para que outras pessoas possam atuar nestes espaços. Assim, propomos fortalecer, também, a participação da juventude nos movimentos sociais a partir de um processo de formação pautado na articulação entre o saber científico e a realidade dos jovens. Pois, acreditamos que essa participação pode contribuir na qualificação do diálogo com o poder público, bem como na proposição e controle de políticas públicas para a juventude.

O projeto objetiva reafirmar o compromisso da universidade com a organização e capacitação dos movimentos sociais pertencentes à Região Metropolitana de Belém (RMB). Assim como, contribuir na consolidação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Faculdade de Serviço Social (FASS).

MATERIAL E METODOLOGIA

Segundo o Plano Nacional de Extensão (1999) “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.”

O Projeto concebe a educação em direitos humanos como uma ferramenta relevante na consolidação da democracia. Para Sader (2007) a educação em direitos humanos não pode ser limitada ao ensino formal uma vez que educar é um ato de formação de consciência com conhecimentos, valores e capacidade de compreensão para além dos espaços escolares; pois educar permite compreender o mundo, a si mesmo e a interação entre ambos, isto é, o eu e o mundo. O autor ressalta que essa compreensão do real pode ser crítica ou uma visão alienada; já que os homens podem apreender o movimento real no qual produzem e reproduzem-se socialmente, como também podem explicar a realidade por mitos e concepções que velam a capacidade crítica.

A proposta didático-pedagógico se desenvolveu a partir de um processo metodológico de formação que permite ao acadêmico universitário e aos sujeitos da sociedade organizada uma maior articulação entre o conteúdo científico abordado, nas atividades do projeto, com a realidade vivenciada nos movimentos sociais da RMB, conselhos, organizações governamentais e não-governamentais. A extensão, desta forma, está potencializando não apenas uma formação profissional técnica, mas também cidadã. Para tanto, são realizadas ações voltadas aos jovens e movimentos sociais da RMB, bem como uma programação específica de capacitação para os docentes e bolsistas através de atividades de formação e grupo de estudo. O objetivo é instrumentalizar tanto os movimentos sociais, presentes na versão atual do Projeto; como os das versões anteriores uma vez que a capacitação é um processo contínuo.

O projeto “JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POPULAR: FORMANDO NOVOS LÍDERES COMUNITÁRIOS”: no 1ª momento foi realizado o mapeamento dos grupos de jovens nas áreas das comunidades Riacho Doce, Pantanal e Jiparaná; indicação de jovens por entidades parceiras como Coordenadoria de juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SEJUDH, Instituto Universidade Popular- UNIPOP, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente- CEDECA, Sódireitos, Projeto Guamá em redes e Centro Social Santa Edwirges e inscrição dos jovens no curso de extensão.

No 2º momento: o projeto realizou o curso de extensão intitulado “**A participação da Juventude nos Movimentos Sociais: em busca dos Direitos Humanos**” no espaço da UFPA no qual desenvolveu uma linha de intervenção junto aos jovens da RMB, e grupos organizados, no que tange o acesso a justiça, procurando instrumentalizá-los para ações individuais e coletivas. A estratégia metodológica do curso englobou os seguintes módulos: 1) Direitos Humanos; 2) Movimentos Sociais e os Direitos Humanos na Amazônia: Conquistas e Desafios; 3) Protagonismo Juvenil: Participação e Cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

- Curso de Extensão: “A participação da Juventude nos Movimentos Sociais: em busca dos Direitos Humanos”.

A 4ª versão do curso de extensão foi realizada através de parceria com Instituições governamentais e não-governamentais: Coordenadoria de juventude/SEJUDH, UNIPOP, CEDECA, Sódireitos, Projeto Guamá em redes e Centro Social Santa Edwirges. Uma vez que a articulação em parceria nos possibilitou o mapeamento dos jovens que realizam atividades cívicas, no qual através dos questionários de matrículas preenchidos obtivemos dados qualitativos e quantitativos acerca do público alvo da formação.

O curso objetivou de forma didático-pedagógica e social, o empoderamento, qualificação e capacitação dos jovens, via a prática social e o conhecimento adquirido acerca do que a serem os Direitos Humanos.

Houve a matrícula de 65 jovens de diversas áreas da RMB no qual pudemos analisar que 75% desses jovens participam de alguma atividade cívica seja em atividades culturais, centros comunitários, projetos sociais ou movimentos sociais. Dentre os quais tinham idades entre 16 e 37 anos, e 80% deles estudam ou são oriundos de escolas públicas.

Foram elencadas pelos jovens, determinadas áreas temáticas a priori de interesses próprios, entretanto socializados entre a turma no qual foram transformados em atividades complementares conforme sugestões: Direitos Humanos, Movimentos sociais, cultura de

paz, sexualidade e juventude, saúde pública e violência contra criança e adolescente. Isto é, buscou-se uma relação dialógica e construtiva a partir dos módulos do curso e eventos de extensão realizado entre equipe e exposta em Seminários, oficinas e exibição de documentários. Dentre eles os **Seminários:** Diversidade e Direitos Humanos: a atual conjuntura dos movimentos LGBT's em Belém do Pará, Direitos Humanos e políticas sociais: desafios e conquistas da sociedade organizada no contexto da globalização, Trabalho infantil: conhecer para enfrentar, **As oficinas:** Mídia e criminalização dos movimentos sociais, Direitos humanos e educação ambiental e a exibição do Documentário S.O. S Saúde de Michael Moore seguido de debate.

O curso de formação foi realizado no período de agosto a dezembro de 2010, com carga-horária de 60horas, divididas em encontros semanais, na área da UFPA, cujo objetivo foi propiciar a Universidade como espaço público para as comunidades, isto é, conhecimento além de acadêmico, do erudito e do popular. Propiciando uma formação cidadã, ética e de direitos, pois, uma vez a sociedade emponderado, pode-se analisar de forma crítica e eficaz a atual conjuntura política.

Segundo Sposito (2008) vivemos no campo de políticas de juventude em tempos sociais simultâneos e não usufruirmos de políticas sociais de caráter universal, no qual não há um direito garantido ao jovem brasileiro, seja no sistema educacional, saúde, cultura e no trabalho, pois nota-se em índices educacionais, grande desvantagem brasileira no cenário latino-americano.

O referido projeto reconhece que os movimentos populares apresentam dificuldades relevantes no que diz respeito ao processo de renovação de líderes. Propondo assim, fortalecer a atuação da juventude nesta renovação.

O Projeto contribuiu para uma formação profissional e instrumentalizou, do ponto de vista teórico e organizacional. O que para Gohn (2004), representa um elemento significativo nas reivindicações empreendidas pela sociedade organizada uma vez que à capacitação técnica e política precede uma intervenção qualificada. E a pressão democrática, segundo Demo (2001), quando realizada de baixo para cima, é fundamental nas lutas por direitos humanos e, conseqüentemente, pela cidadania.

Atualmente o Projeto busca desenvolver a nova versão do curso de extensão intitulado: Participação Popular e Controle Social na Garantia dos Direitos Humanos no Brasil e Amazônia, cujo público-alvo específico são jovens do Bairro da Terra-Firme da Cidade de Belém-PA, entretanto estamos em fase de mapeamento desses jovens.

CONCLUSÃO

O projeto alcançou seus objetivos à medida que ocorreu a capacitação dos jovens da RMB, visando seu empoderamento a partir das realidades vivenciadas em suas comunidades e a transformação social no meio em que vive. Entretanto observamos a evasão juvenil na formação, dentre uma das dificuldades encontradas pela equipe do Projeto.

A Universidade Federal do Pará amplia sua interação com a sociedade a partir de experiências inovadoras fomentadas pela extensão universitária, que revela um processo, educativo e científico, pautado na troca de saberes, acadêmicos e populares, em uma relação orgânica entre a extensão, ensino e a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M., ANDRADE, E. R., ESTEVES, L. C. G. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Contituada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.

BUSSINGER, V. V. Fundamentos dos direitos humanos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº53. São Paulo: Cortez, Março de 1997.

DEMO, P. Política pública de direitos humanos. In: **Revista Ser Social**. Nº8. Brasília: SER/UnB, janeiro a junho de 2001.

FREITAS, M. V., PAPA, F.C. (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

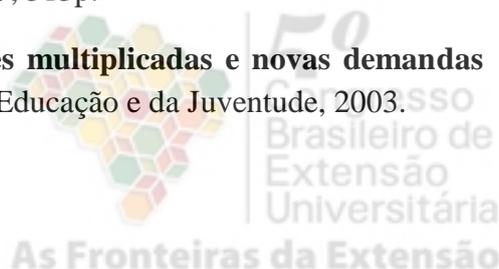
GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. 2ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PRÓ- Reitoria de Extensão. **Documentos: organização e sistematização da extensão universitária**. Disponível em <http://www.proex.ufpa.br>. Acessado em 02/06/2011, às 10:00.

VIANA, M. R. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº64. São Paulo: Cortez, Novembro de 2000.

SADER, E. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, 513p.

SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, Observatório da Educação e da Juventude, 2003.



GRUPOTERAPIA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho: Prof^ª Ms Carla Maria Ventura Tarasconi

Instituição: Universidade de Passo Fundo (UPF)

Autores: Prof^ª Ms Christiane Maria Albuquerque de Miranda; Prof^ª Ms Mirna Maria Nicolodi Branco; Prof^ª Dr^ª Silvana Alba Scortegagna. **Acadêmicas:** Edimara A. Pagoto; Regiane Boff

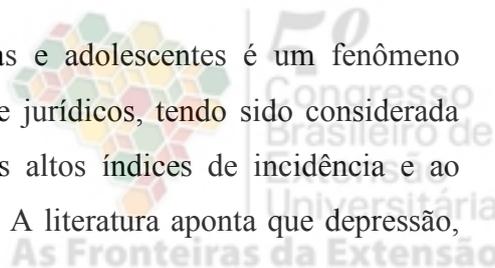
Resumo

Introdução: A violência contra crianças constitui hoje um grave problema de saúde pública. Qualquer forma de violência desencadeia efeitos negativos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das vítimas. Em virtude dos altos índices de incidência e dos efeitos psicológicos negativos dessas práticas, tornam-se necessários estudos que investiguem a efetividade de modelos de intervenção psicológica as vitimas. Esta atividade faz parte do serviço de extensão universitária CEPAVI – Centro de Estudos, Prevenção a Atendimento à Violência, Curso de Psicologia, UPF. **Objetivos:** Descrever e avaliar os efeitos da grupoterapia de orientação analítica para crianças de ambos os sexos, com idade entre 7 e 9 anos, vítimas de diversas formas de violência intrafamiliar. **Metodologia:** As crianças foram encaminhadas à instituição por vivenciarem situações de violência. Através da entrevista com os pais foi possível conhecer as dificuldades vivenciadas e, a partir da avaliação psicológica, as crianças foram encaminhadas para atendimento grupal. O trabalho terapêutico com o grupo, por meio de intervenções interpretativas na atividade lúdica, buscou levar os integrantes a viver uma experiência que reveladora do conflito em questão e assim, de forma criativa por meio do próprio brincar, proporcionar transformações psíquicas. **Resultados:** A técnica grupal demonstrou ser eficiente, no sentido de sensibilizar as crianças e seus familiares, favorecendo a expressão das vivências e o diálogo com o grupo de iguais. **Conclusões:** A intervenção grupal possibilita reestruturar pensamentos, emoções e comportamentos disfuncionais relacionados à experiência de violência, proporcionando expressão das experiências vivenciadas, a fim de reintegrar a dinâmica familiar.

Palavras-Chave: grupoterapia, violência intrafamiliar, extensão universitária

Introdução

A violência intrafamiliar que vitimiza crianças e adolescentes é um fenômeno complexo que envolve aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, tendo sido considerada um problema grave de saúde pública em virtude dos altos índices de incidência e ao impacto negativo para o desenvolvimento das vítimas. A literatura aponta que depressão,

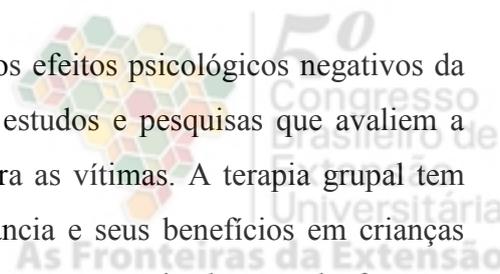


ansiedade, estresse, transtorno de conduta, déficit de atenção e hiperatividade são os sintomas mais frequentes que surgem em consequência da vitimização na infância.

Existe, atualmente, um consenso, segundo Boff (1999), de que a violência intrafamiliar é uma derivação das violências mais amplas, que marcam e são marcadas pelas diferentes relações sociais, instalando-se nos relacionamentos intrafamiliares como uma distorção do cuidar. Quando o desenvolvimento inicial do bebê se dá através de relações afetivas, estarão sendo favorecidas as condições para que esse bebê saia da posição de cuidados para a de sujeito humanizado, capaz de construir sua própria história, suportando as condições de falta impostas pela cultura, e, buscando preenchê-las por meios socialmente aceitos. Caso contrário, esse sujeito permanecerá na condição de objeto, como coisa da qual se pode dispor. Relações baseadas na coisificação do outro geram vitimização e caracterizam-se como violentas.

De acordo com Kaplan e Sadock (1990), os maus-tratos variados na infância constituem um aspecto da violência social que está insidiosamente se infiltrando na sociedade e reflete-se em todas as estatísticas sobre crimes. Segundo Azevedo e Guerra (2005), destacam-se quatro formas de tipologia da violência intrafamiliar. A negligência, que pode ser relacionada a omissão em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. A violência física, que diz respeito a atos que causam dor física. A violência psicológica, com atitudes e condutas, perante a criança, que ocasionam medo, frustração e experiência de temor quanto à própria integridade física e psicológica, ameaças verbais com conteúdo violento ou emocional. Inclui a rejeição, o não-reconhecimento da criança em sua condição de sujeito, degradação ou subvalorização da criança, expondo-a à humilhação pública e atribuindo apelidos depreciativos, terrorismo, ameaças, surras, reprimendas, castigos, isolamento, exploração. Por último, a violência sexual: ato ou jogo sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente essa criança ou adolescente ou utilizá-lo para obter uma estimulação sobre si ou sobre outra pessoa.

Em virtude dos altos índices de incidência e dos efeitos psicológicos negativos da violência na infância, nota-se que há necessidade de estudos e pesquisas que avaliem a efetividade de modelos de intervenção psicológica para as vítimas. A terapia grupal tem recebido poucas pesquisas que enfatizem sua importância e seus benefícios em crianças vitimizadas. Para Zimmerman (2000), a importância da grupoterapia decorre do fato que



todo e qualquer indivíduo passa a maior parte de sua vida convivendo e interagindo com distintos grupos. Assim, desde o primeiro grupo natural da criança que existe em todas as culturas, a família, a criança estabelece vínculos grupais diversificados, que vão se renovando e ampliando. Há já algum tempo a intervenção grupal deixou de ser considerada uma forma menor de abordagem terapêutica ou alternativa para as psicoterapias individuais. Hoje, e cada vez mais, assume a posição de relevo a que lhes corresponde no universo das práticas psicoterápicas.

O estudo que segue tem por finalidade avaliar e descrever os efeitos do modelo de grupoterapia de orientação analítica com crianças de ambos os sexos, vítimas de violência intrafamiliar. Busca descrever e avaliar os efeitos da grupoterapia de orientação analítica na promoção do desenvolvimento grupal de crianças e familiares que vivem em situação de violência intrafamiliar, analisar a capacidade da família de proteger a criança, objetivando modificar o padrão interacional familiar, de forma que a comunicação verbal e afetiva se torne mais clara e a vitimização seja controlada. Especificamente, procura-se ajudar as crianças a encontrar uma linguagem explícita para comunicar acerca das vivências agressivas e ameaçadoras; reconstruir sua auto-estima; expressar sentimentos de culpa, raiva, vergonha e excitação; superar o isolamento diante dos iguais; construir relacionamentos normais com o grupo; desenvolver senso de escolha, agindo contra o desamparo e vitimização experimentados, bem como trabalhar sentimentos de medo de não serem acreditados e protegidos; recuperar a confiança em si mesmas e na família em relação aos adultos.

Material e metodologia

Participantes

Os grupos são realizados nas dependências do CEPAVI – Centro de Estudos, Prevenção e Atendimento à Violência, do Curso de Psicologia – IFCH – UPF. Trata-se de serviço de extensão universitária, que oferece esta possibilidade terapêutica como um dos atendimentos à clientela vítima de violência.

A intervenção grupal é realizada com até oito crianças, entre sete e nove anos de idade que foram submetidas a pelo menos um episódio de violência intrafamiliar, que participaram de programa de atendimento em grupo no CEPAVI. As crianças são encaminhadas pelo Conselho Tutelar para acompanhamento psicológico. Os critérios de

inclusão para a atividade são os seguintes: presença de pelo menos um episódio de violência intrafamiliar (maus-tratos, negligência abuso físico, abuso sexual), crianças de ambos os sexos com idade entre sete e nove anos. Como critérios de exclusão destacam-se: crianças que não tenham sido vitimizadas dentro do ambiente familiar; que se encontram fora da faixa etária referida e cuja avaliação inicial indique acompanhamento individual.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados são a caixa de brinquedos, para estimular a atividade lúdica, a caixa de jogos, a fim de promover a interação e acesso a atividades com regras e, a caixa de desenho, objetivando estimular a produção gráfica.

Procedimentos

Os atendimentos acontecem com o método de grupos abertos, que apesar de manter um número máximo de oito participantes, caso alguma criança desistir ou for substituída para outra modalidade de intervenção psicológica, outro participante pode ingressar no grupo. Desse modo, o grupo não termina e é constantemente renovado. O grupo com familiares acontece mensalmente para possíveis orientações e reflexões.

Inicialmente as crianças foram encaminhadas ao CEPAVI por indicação de terapia na área da violência. Os pais ou responsáveis foram convidados para uma entrevista inicial, para a coleta de dados da história de vida da criança e acerca do motivo do encaminhamento. Após a avaliação clínica individual, os participantes foram encaminhados para a intervenção grupoterápica com frequência semanal. As sessões possuem atividades semiestruturadas, com duração de uma hora e trinta minutos.

O processo grupoterápico é dividido em três momentos conforme as técnicas empregadas: 1º momento: Conversa inicial (estimula a expressão de idéias e sentimentos); 2º momento: Atividade lúdica (realização de atividades que solicitem brincadeiras de faz-de-conta; desenhos; contar histórias) estimulando livremente a definição da atividade e conversas espontâneas; 3º momento: Avaliação do encontro (estimular a reflexão feedback) e registro do grupo pelos terapeutas.



Resultados e discussões

O trabalho terapêutico com o grupo, por meio de intervenções interpretativas na atividade lúdica, buscou levar os integrantes a viver uma experiência que reveladora do conflito em questão e assim, de forma criativa por meio do próprio brincar, proporcionar transformações. A técnica grupal demonstrou ser eficiente, no sentido de sensibilizar as crianças e seus familiares, favorecendo a expressão das vivências e o diálogo com o grupo de iguais, permitindo aceitação da realidade e a perda da fantasia. Este trabalho pode ser referência a outros centros de atendimentos como mais uma possibilidade terapêutica. Furniss (1993) aponta que, no grupo, a criança pode sentir-se num contexto parecido, minimizando o isolamento e a baixa estima associados à estigmatização do papel de vítima de agressão. Para ele, os grupos são preferíveis à terapia individual e que o processo terapêutico deve ser considerado como um processo familiar global, para que possam ser manejadas as necessidades dos diferentes membros da família.

Conclusão

Nesse contexto, a intervenção grupal possibilita reestruturar pensamentos, emoções e comportamentos relacionados à experiência de violência, diminui sintomas relacionados depressão e ansiedade, como também tem proporcionado a expressão das experiências vivenciadas, no sentido de reintegrar a dinâmica familiar.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, U. (orgs). **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. **Compêndio de psiquiatria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ZIMERMAN, D.E. **Fundamentos Básicos das Grupoterapias**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UMA FORMAÇÃO PARA ALÉM DAS UNIVERSIDADES: BUSCANDO O EMPODERAMENTO DA JUVENTUDE

Área temática: Direitos Humanos e Justiça.

Autor: Francimar Pires da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Orientador/Msc: Silvana de Moraes Brito¹

Autores: Ana Paula Burguem Baena²;

Francimar Pires da Silva³;

Patrícia de Jesus Soeiro².

RESUMO

O presente artigo pretende abordar uma proposta de educação em direitos humanos no processo de formação acadêmica dos discentes vinculados ao Programa Universidade em Direitos Humanos – PUPDH. O programa amplia o vínculo entre a universidade e a sociedade a partir da efetivação do compromisso com os movimentos sociais e com a juventude da Região Metropolitana de Belém – RMB; tem como objetivo instrumentalizar jovens com a finalidade de qualificar o diálogo e contribuir para participação nas ações em suas comunidades assim como produzir um impacto positivo na formação discente na perspectiva técnica-profissional e política-cidadã. Para tanto, a metodologia utilizada fomenta a troca de experiência entre o conteúdo acadêmico e a realidade concreta da juventude com o desenvolvimento das atividades que buscam ampliar a interação com a sociedade a partir de experiências inovadoras fomentadas por esta extensão universitária.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Juventude; Formação Cidadã.

INTRODUÇÃO

As experiências da extensão universitária possibilitam uma interação significativa entre a Universidade Federal do Pará - UFPA e a sociedade, já que os programas e projetos de extensão revelam um processo, educativo e científico, que indica uma troca de saberes, acadêmicos e populares, em uma relação orgânica entre a extensão, o ensino e a pesquisa.

Nessa perspectiva, o Programa Universidade Popular em Direitos Humanos – PUPDH, qual desenvolve atividades de extensão que estimulam a construção de um conhecimento alimentado pela interação entre o conhecimento acadêmico e o saber popular; levando, assim, a uma reflexão social, despertando uma perspectiva crítica tanto

¹ Coordenadora do Programa Universidade Popular em Direitos Humanos.

² Acadêmicas do 7º semestre de Serviço Social da UFPA e Bolsistas de Extensão do Programa Universidade Popular em Direitos Humanos.

³ Acadêmica do 7º semestre de Serviço Social da UFPA e Voluntária do Programa Universidade Popular em Direitos Humanos.



dos jovens, público alvo das atividades, quanto dos discentes e docentes incluídos no programa.

É relevante a interação da universidade com a sociedade, pois os discentes através do contato com a sociedade compartilham o seu conhecimento acadêmico e ao mesmo tempo adquirem conhecimentos a partir da vivência com as comunidades. Essa experiência é de fundamental importância para formar um profissional cidadão. Por conta disso, cabe ressaltar a importância das atividades de extensão, que remetem a uma relação entre o trabalho universitário e a realidade social, que é um reflexo da sociedade.

A educação em direitos humanos permite contribuir no empoderamento da juventude a partir da formação e capacitação. Pois, segundo documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2004; p.68) “É relativamente menor o trabalho realizado no que diz respeito a formação cidadã dos jovens e ao fomento de sua participação ativa no desenvolvimento [...]. Entendemos que a formação cidadã nos permite discutir e refletir sobre os direitos sociais proporcionando obtenção de conhecimento a respeito dos direitos abrindo espaço para reivindicarmos pela garantia e efetivação das normas.

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância da articulação entre os discentes e bolsistas vinculados ao PUPDH através de formação, política e cidadã, assim como contribuir para a reflexão crítica da realidade vivenciada pela sociedade, através da troca de experiências pautada na articulação entre o saber acadêmico e a realidade concreta, reafirmando assim, a interação dialógica citada na política nacional de extensão, que ressalta o desenvolvimento de relações entre universidades e setores sociais de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica.

MATERIAL E METODOLOGIA

O processo metodológico desenvolvido permitiu uma maior interação entre os bolsistas da extensão e os jovens da RMB, com o intuito de informá-los e capacitá-los com o objetivo de construir um espaço de debate e reflexões teóricas para que junto às comunidades e grupos de jovens possamos discutir a temática dos direitos humanos no que diz respeito às suas possibilidades e limites para a sua garantia.

No primeiro momento buscamos através do projeto “Juventude e Participação Popular: Formando novos Líderes Comunitários” desenvolvido pelo PUPDH, trabalhar com as comunidades do Riacho Doce, Pantanal e Jiparaná localizados no bairro do Guamá em Belém-PA.

Realizamos reuniões nas comunidades, apresentamos o programa e o projeto às lideranças e, sugerimos que tais comunidades também contribuíssem para complementação e execução do projeto. Realizamos eventos para mobilizar os jovens a participarem do programa e assim desenvolverem suas potencialidades através de instrumentais teóricos e práticos para subsidiar a formação de novas lideranças.

Entendemos que a educação em direitos humanos pode ser considerada como uma ferramenta relevante na consolidação da democracia. Para Sader (2007), a educação em direitos humanos não pode ser limitada ao ensino formal uma vez que educar é um ato de formação de consciência com conhecimentos, valores e capacidade de compreensão para além dos espaços escolares

Importante destacar que os bolsistas e discentes vinculados ao programa possuem uma qualificação contínua através do grupo de estudos realizado no PUPDH. Tem como finalidade produzir impacto positivo na formação acadêmica visando não somente uma formação técnica, mas também cidadã. Os debates realizados no grupo de estudos são orientados por um professor, assim como, embasado por um referencial teórico e instrumentais técnicos, propiciando o desenvolvimento de habilidades investigativas e interventivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A relação dos resultados obtidos pelo programa estão elencados no quadro abaixo:

ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2010.

MÊS	RESULTADOS
MARÇO	Participação no curso de formação na UNIPOP com o tema “Juventude e Política Social no Brasil”.
ABRIL	Visita as comunidades para discutir propostas de ação dentro da comunidade.
MAIO	Formação da equipe do PUPDH com o tema “Juventude e Políticas Públicas”; Organização do ciclo de debate para as comunidades: Riacho Doce, Pantanal e Jiparaná, com o título “A Luta dos Movimentos Sociais pela Garantia dos Direitos Humanos”, tendo como debatedores um representante da comunidade Pantanal, uma representante da ONG Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos e uma professora da UFPA que fez o resgate histórico dos movimentos sociais.
JULHO	Realização de eventos de extensão: Capacitação dos bolsistas em atividades de extensão e organização do ciclo de debates “A luta dos Movimentos Sociais pela garantia dos Direitos Humanos”, sendo

	<p>realizado tanto nas comunidades: Riacho Doce, Pantanal e Jiparaná quanto na Universidade Federal do Pará - UFPA, com a presença de 55 participantes.</p> <p>- Elaboração das fichas de inscrição e para o curso de extensão.</p>
AGOSTO	<p>- A exibição do Documentário “S.O.S Saúde” de Michael Moore, tendo como tema “Saúde como um Direito Humano”, para discentes de Serviço Social na UFPA e para profissionais e acadêmicos de saúde no Hospital Universitário João de Barros Barreto, com a presença de 74 participantes;</p> <p>- Inscrição para curso de extensão: 10 jovens da comunidade Riacho, 06 da comunidade Pantanal e 4 da comunidade Jiparaná;</p> <p>- Início do curso de extensão “A Participação da Juventude nos Movimentos Sociais: Em Busca dos direitos Humanos”, com o objetivo de instrumentalizar e capacitar a juventude da RMB para uma formação política além de fortalecer as ações em defesa da efetivação dos direitos humanos;</p> <p>- Formação para aplicação do questionário Programa Juventude Participação e Autonomia - JPA com equipe da UNIPOP.</p>
SETEMBRO	<p>- Parceria com a UNIPOP Assessorando-a no levantamento sócio-econômico do perfil dos jovens das comunidades Riacho Doce, Pantanal e Jiparaná assim como nos bairros: Terra Firme, Benguí e Ilha de Cotijuba. Este levantamento foi realizado através da aplicação de formulários a partir do JPA</p> <p>- Realização do Seminário em articulação ao curso de extensão com a temática “Trabalho Infantil”.</p>
OUTUBRO	<p>- Realização de oficina no curso de extensão tema “Mídia e a criminalidade dos Movimentos Sociais”</p>
NOVEMBRO	<p>- Participação na 13ª Jornada de extensão universitária/UFPA apresentando as ações realizadas bem como os resultados do programa PUPDH.</p>
DEZEMBRO	<p>- Finalização do curso de extensão.</p>

Além dos resultados expostos acima obteve-se a qualificação contínua dos docentes e discentes por meio de grupos de estudos com discussões de temas referentes a direitos humanos e movimentos sociais de acordo com Abramovay (2007), Bussinger (1997), Freitas (2008), Iamamoto (2008), Viana (2000), Wanderlino (2005).

As atividades de extensão estão contribuindo na formação profissional e instrumentalizando, do ponto de vista conceitual e organizativo, jovens da RMB e movimentos sociais no acesso à justiça social. O que para Gohn (2004), representa um elemento significativo nas reivindicações empreendidas pela sociedade organizada uma vez que à capacitação técnica e política precede uma intervenção qualificada. E a pressão democrática, segundo Demo (2001), quando realizada de baixo para cima, é fundamental nas lutas por direitos humanos e, conseqüentemente, pela cidadania. A política nacional de extensão reafirma que toda ação de extensão deve está vinculada a essa formação

profissional tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias para sua atuação profissional além de uma formação cidadã.

CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pelo programa buscaram ampliar a interação com a sociedade a partir de experiências inovadoras fomentadas pela extensão universitária, que revelaram um processo educativo e científico, pautado na troca de saberes acadêmicos e populares em uma relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, os objetivos do trabalho foram concluídos. Assim, essa troca de experiência permitiu a produção de conhecimentos e prestação de serviços à sociedade, fortalecendo a parceria entre a universidade, jovens da RMB e os movimentos sociais nas lutas pela consolidação dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M., ANDRADE, E. R., ESTEVES, L. C. G. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.

BUSSINGER, V. V. **Fundamentos dos direitos humanos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº53. São Paulo: Cortez, Março de 1997.

DEMO, P. **Política Pública de Direitos Humanos**. In: Revista Ser Social. Nº8. Brasília: SER/UnB, janeiro a junho de 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. 2ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

PRÓ- Reitoria de Extensão. **Documentos: organização e sistematização da extensão universitária**. Disponível em <http://www.proex.ufpa.br>. Acessado em 02/06/2009, às 10:00.

Políticas públicas de/para/com juventudes. – Brasília: UNESCO, 2004.

SADER, E. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, 513p.

VIANA, M. R. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº64. São Paulo: Cortez, Novembro de 2000.